

A CIDADE DO SALVADOR: “MEMÓRIA A CÉU ABERTO” E A DISPUTA DE SENTIDOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO CIVIL (1959)

Suely Moraes Ceravolo
PPG Museologia – FFCH UFBA
sumoce@ufba.br

Resumo: O artigo analisa notas publicadas em jornal em 1959, escritas por José Valladares, com o objetivo de ensinar qualidades do patrimônio arquitetônico civil da cidade do Salvador abordada como “memória a céu aberto”. O discurso demonstra a disputa de sentidos para a preservação do patrimônio arquitetônico civil pressionado por variáveis a exemplo do turismo e empresas construtoras.

Palavras-chave: Preservação. Patrimônio arquitetônico civil. SPHAN. Cidade de Salvador.

Abstract: The paper analyzes short articles published in a newspaper in 1959, written by the intellectual José Valladares, with the aim of highlighting the main characteristics of civil architectural heritage in the city of Salvador, referred to as “open-air memories”. The discourse bears witness to the conflicts generated by the differing interpretations of variables relating to the preservation of the city’s architectural heritage, strongly influenced by construction companies and tourism development.

Keywords: Preservation. Civil architectural heritage. SPHAN. Salvador City.

INTRODUÇÃO

Ao estudar a constituição do patrimônio cultural da Bahia chega-se, inevitavelmente, ao patrimônio arquitetônico que há muito enfrenta problemas ora integrado à história da cidade, ora destruído ou abandonado. Tema recorrente volta à baila quando de promessas de requalificação ou reaproveitamento de edifício antigo, por exemplo, para museu. Destaco aqui duas séries de notas intituladas - Bahia Ameaçada (11 no mês de janeiro), e Conhece Tua Cidade (33 de março, abril e maio) -, publicadas no *A Tarde* (1959), por José Antonio do Prado Valladares. Em perspectiva datada, o conjunto traz elementos para avaliar mudanças e permanências no processo histórico de modelagem daquele patrimônio.

José Valladares assume em 1938, a Inspeção de Museu e Monumentos Nacionais (antes Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais, criada em 1927), e diretoria do Museu do Estado àquele órgão subordinado, partilhando o modo de conceber a arte, a arquitetura brasileira e a preservação dos bens móveis e imóveis gestado para a cultura brasileira pelo SPHAN (CERAVOLO, 2011; DÓCIO, 2014; SOUZA; CERAVOLO, 2015). No cargo sugere que a responsabilidade sobre os bens imóveis deveria ficar aos cuidados do órgão federal, e os bens móveis com a inspeção baiana: separação não oficializada, mas, que fez desaparecer informações sobre bens imóveis dos relatórios (DÓCIO, 2014, p. 75 e 78). Com efeito, a força política e intelectual conquistada na geração nutrida pelo modernismo no SPHAN, desloca o eixo de orientação do IGHB para conceitos e métodos de análise explicativos do caráter nacional e identificação do que lhe representaria: tornou-se o “dono” do discurso técnico sobre o patrimônio (SANT’ANNA, 2015, p. 151, grifo do autor).

A capital baiana passou por várias mudanças nas funções da cidade refletidas nas construções antigas, vida e comportamento de seus habitantes (SANTOS, 2012) em que a ênfase no estético prestava-se para civilizar o homem que nela vivia (SAMPAIO, 2015). O preservado nas primeiras décadas do século XX decorreu da estagnação econômica que atingia o Estado (ARAÚJO, 2006) distante da industrialização. Em 1935, a Semana do Urbanismo (Comissão do Plano da Cidade do Salvador), discutiu também o patrimônio histórico, restauração e a reutilização para uso público de antigas edificações alterando a noção de patrimônio histórico ampliada pela

perspectiva cultural, educativa e de gestão sem que as demolições estancassem (SAMPAIO, 2015, p.175-177). Na década seguinte, a atuação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS; 1943-1944), procurou definir diretrizes de crescimento, modernização e infra-estrutura (aproveitadas nas décadas de 1960-1970) (SANT'ANA, 2001). Em termos de preservação, somente os monumentos e edifícios importantes foram levados em conta com alguma possibilidade de mudança no entorno (SANT'ANNA, 2003).

Ao final de 1950, as mudanças urbanas se intensificam em paralelo a ativação da economia no Brasil em industrialização com mira no desenvolvimento nacional, processo que ocorreu também no Nordeste. A parte antiga da capital baiana (arquitetura) ao lado das belezas naturais trouxe a reboque o turismo com perspectivas lucrativas, e a especulação imobiliária desfavorecendo os conjuntos arquitetônicos redirecionando a política preservacionista. A concepção de monumentos e obras de arte foi deslocada para testemunhos/documentos indicativos de singularidades e a “arquitetura menor” valorizada (NASCIMENTO, 2013, p.129-130, grifo nosso). Na altura de 1959, o então DPHAN desenvolvera excelência técnica, confiança nos próprios recursos intelectuais e de seus emissários, certeza da autoridade para lidar com o patrimônio brasileiro, certa imunidade e afastamento do campo político, ainda que distante e desconhecido da sociedade (SANT'ANNA, 2015). Não obstante o poder consolidado revia o dispositivo do tombamento (DECRETO-LEI nº. 25/1937), e reconhecia que preservação e economia poderiam andar juntas, agregando valor econômico aos conjuntos urbanos: um “bom negócio” necessitando parcerias entre o poder público e particulares (SANT'ANNA, 2015, p.138, grifo nosso). Na capital baiana, conjuntos arquitetônicos e pontos paisagísticos foram tombados pelo órgão federal: trechos da orla marítima do Atlântico, o Dique do Tororó e vales do entorno, a Colina de Santo Antonio da Barra e dois conjuntos na Península de Itapagipe (Cidade Baixa).

Essa a moldura em que o intelectual baiano, na posição de historiador da arte, enuncia para denunciar (Bahia *ameaçada*), e descreve para prescrever (*Conhece* Tua cidade) recorrendo ao poder das palavras que ordenam e subvertem (BOURDIEU, 1998, p. 82 e 118 e 120), compondo a estratégia discursiva para o destinatário do aprendizado (o leitor). Carolina Fedatto advoga a ligação simbólica entre linguagem e espaço para refletir a construção

da nacionalidade (*institucional*) e a língua nacional (*cotidiano*). Para a autora, os discursos sobre a formação dos espaços urbanos em nosso país são singrados pela *necessidade* (desejo oficial) de estabelecer valores – a instrução entre eles – transmutando a materialidade urbana em simbólica dando lugar à cidade no imaginário social. Na conjunção entre o institucional e o saber do cotidiano se produz uma “*ambiência* talhada pelo trabalho da memória”, o *lugar encarnado* que “tanto habita o corpo dos sujeitos e dos sentidos quanto se deixa habitar por eles”, em que construções urbanas aderem *pontos de referências* ao imaginário. A *ambiência* - “memória a céu aberto” -, permite que a cidade talhe a sensação de unidade, um lugar para “dizer sua história” em que o recontar é “falar o político como disputa de sentidos” tendo por base o discurso (FEDATTO, 2013, p.24-26, itálico do autor, grifo nosso). Tal enquadramento auxilia abordar a cidade do Salvador como lugar de trabalho da memória em que, camadas determinantes para a preservação (ou não) se sobrepõem no discurso a partir de referências selecionadas por José Valladares.

Encabeçadas pelo título qualificando a comunicação, as notas apresentam imagens fotográficas, *testemunhais* (VERÓN, 2004, p.169, grifo do autor), de um ‘verdadeiro’ de quem viu e esteve presente nos locais estabelecendo o lastro fidedigno para os textos, em geral, curtos. Na qualidade de registro documental e *memória fotográfica*, misto de imagem legendada e texto autoral (FREHSE, 2011, p.441, grifo do autor), o material concorre para problematizar a formação do patrimônio cultural na Bahia, objeto de pesquisa em andamento.

O DISCURSO DA “MEMÓRIA A CÉU ABERTO” E VARIÁVEIS MODIFICADORAS

José Valladares declara duas missões nas notas: a “obrigação” de apontar o que era único no patrimônio edificado, protegendo a cidade de qualquer modificação (SOUZA; CERAVOLO, 2015, grifo nosso), e o que valia a pena conservar (SOUZA; CERAVOLO, 2015). Em segundo lugar indicar medidas efetivas do ponto de vista econômico, sociológico e urbanístico para a salvaguarda do que restava (SOUZA; CERAVOLO, 2015), sem referir a quem apresentaria os resultados do itinerário que traçou da Cidade Baixa à Cidade Alta, retratando edificações na condição de patrimônio arquitetônico a despeito de enquadrar “casinhas” (SOUZA; CERAVOLO, 2015, grifo nosso) e outros exemplares não tombados pelo órgão federal.

O intelectual-repórter usa metáforas referenciando sentidos memoráveis: Bahia “velha matrona” de “traços juvenis” (SOUZA; CERAVOLO, 2015), a ser defendida das ameaças face à modernização acelerada. Cidade com “alma” gestada no passado, significativa no presente e herança para gerações vindouras, cheia de caráter e personalidade fixados no “sortilégio bahiano”: as belezas naturais (praias; crepúsculo) e atributos culturais expressos na boa índole do povo, a cozinha, os odores, as devoções populares, a beleza das mulheres. Esse o contexto para encaixar o artístico e cultural das edificações, verdadeiros documentos para conhecer a história cultural, econômica e social da cidade do Salvador (SOUZA; CERAVOLO, 2015), em efetivo alinhamento com o traço discursivo da perda do SPHAN na fase heróica, diagnosticado no estudo de José Reginaldo Gonçalves (2002).

Conhecer/saber apontado o caminho para rebater os perigos (incêndios, demolições, abandono), apreendendo as qualidades arquitetônicas do construído e meio para criar “mentalidade”, o ideal, o gosto e “até moda” pelo antigo, reutilizado para outros fins: serviços públicos, restaurante, hotel tal como vira em países europeus. Ou então, como faziam certos ricos, políticos ou artistas de “bom” gosto (SOUZA; CERAVOLO, 2015), opondo-se ao “mau” gosto da não preservação, descaracterização ou sobreposições do novo com “sotaque antigo” (SOUZA; CERAVOLO, 2015, grifo nosso). O leitor é dirigido para construções do período colonial, a maestria dos antigos construtores e qualidade plástica da arquitetura popular (SOUZA; CERAVOLO, 2015); a

pureza dos traços construtivos do século XIX (SOUZA; CERAVOLO, 2015), e obras do século XX. Mas, questiona: o moderno teria as mesmas qualidades? Não, é sua resposta. Aço e cimento resultavam em construções sem caráter que qualquer cidade com dinheiro poderia ter, mas a grandeza da arquitetura da capital baiana, não poderia ser refeita (SOUZA; CERAVOLO, 2015). Tem-se aqui a passagem do recurso à memória para prescrições daquilo que se conhecido estancaria, pelo ensino, a defesa do patrimônio edificado. Entretanto, entre a preservação e a modernização interferem variáveis, caso do turismo e empresas construtoras deixando entrever o conflito entre o idealizado pelo SPHAN e o capital privado.

A convergência de fatores econômicos, planejados e técnicos, requisitos da modernização marcou fase diferenciada colocando o embate entre a “cidade-monumento” desenhada pelo SPHAN (SANT’ANNA, 2003), e a “cidade-ideal” concebida pelo ideário modernista (MACIEL, 2015). O turismo e as empresas construtoras, no entanto, desequilibravam mais esse pêndulo.

Importante para o desenvolvimento econômico e expansão do comércio o turismo, quando associado à preservação de bens culturais, passou a vetor reconhecido. Se sutil nas notas na figura do visitante ou visitante, teve efeitos diretamente comentados pelo anônimo R M L¹: dos “milhões de dólares gastos anualmente no mercado do turismo”, a capital baiana entre as “Cidades Museu” (Olinda e Ouro Preto), nada receberia pela falta de proteção do patrimônio arquitetônico em demonstração evidente da representatividade como dividendo econômico (grifo meu); um indício da rota de transmutação do patrimônio/capital simbólico para mercadoria e negócio (SCIFONI, 2015, p. 209-226).

Outro fator que surge no discurso denotando mudanças e resistência a elas era a atuação das empresas imobiliárias expandindo os empreendimentos: o “rolo compressor” para José Valladares (1959, grifo nosso) favorecendo o desaparecimento de edificações antigas e verticalizando a cidade. Nada parecia obstruir esse caminho que pode ser exemplificado com a posição da Construtora Norberto Odebrecht S.A Comércio e Indústria. Promotora da publicação Homenagem à Bahia Antiga (1959-1960), replicando grande parte das notas, declara a importância dos seus empreendimentos contribuindo para o progresso, e reconhece que a demolição de “velhos prédios” destruíra o

¹ Ver Diário de Notícias, seção Turismo, Notas e Informações, 15-16.11.1959.

patrimônio histórico, artístico e social que distinguia a cidade do Salvador (grifo meu). De alguns, só restou imagens fotográficas.

CONSIDERAÇÕES

Nas notas há material elucidativo da disputa de sentidos de que fala C. Fedatto. Sentidos que opõem a memória a céu aberto e referências alimentadas pela resistência a mudanças à pressão do progresso pela intervenção dos empreendimentos imobiliários. Dito de outro modo, entre a preservação pelo conhecimento e em nome do turismo. O patrimônio arquitetônico civil (e religioso) até hoje se presta a propagandas para a divulgação turística da cidade que o dístico “Bahia, a primeira capital do Brasil” tenta de algum modo reter. Preservar e manter esse patrimônio (e outras modalidades) requer pesados investimentos afetando a tomada de decisões, problema apresentado pelo autor premido entre o sujeito que não queria ver a Bahia parar (Bahia..., 09.01) e a modernização que modificava a cidade. Dessa tensão deixa registro ao lançar dúvidas ao leitor (e a si próprio). Ao questionar se o poder público poderia suportar os encargos das desapropriações coletivas quando o DPHAN já demonstrara gastos dispendiosos escreve: “Não parece que seja este o caminho acertado, mesmo que estivéssemos nadando em dinheiro? O que fazer?” (Bahia..., 20.01). Questões que nos fazem concluir por permanências mais do que rupturas até nossos dias.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Souza. **Tipomorfologia das Praças e Largos de Salvador**. Salvador, Bahia, UFBA/PPG, 2006. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2006. <Disponível em: <http://www.ppgau.ufba.br/node/297>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Linguagem e poder simbólico In: **A economia das trocas lingüísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1998. P. 81-128.
- CERAVOLO, Suely. Museu do Estado da Bahia: entre ideais e realidades 1918-1959. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v., 19, n.1, p.189-243, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010147142011000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- DÓCIO, Vanessa. **Sob o signo da Pedra e Cal**: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia (1927 – 1967). Salvador, Bahia, PPG História/FFCH/UFBA. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2014.
- FEDATTO, Carolina. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas, SP: Unicamp, 2013.
- FREHSE, Fraya. **Ô da Rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- GONÇALVES, Reginaldo. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 2002.
- VALLADARES, José. **Homenagem à Bahia Antiga (1959-1960)**. Salvador: Print Book, 1959.
- MACIEL, Neila Gonçalves. **Carybé e a legitimação de um discurso moderno na integração das artes em Salvador**. Salvador, Bahia, UFBA/PPG, 2006. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2015.
- NASCIMENTO, D'Oliveira. **Estância Hidromineral de Cipó**: um balneário no Sertão da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2013.
- SAMPAIO, Heliodório. **Formas urbanas**: Cidade real e cidade ideal contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador, Bahia: Quarteto; PPGAU/FAUUBA, 2015.
- SANTA'ANA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti, 2015.
- SANTA'ANA, Marcia. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v.6, n.1, 2003. <Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewArticle/3231>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- SANTA'ANA, Marcia. El Centro Histórico de Salvador de Bahía: paisaje, espacio urbano y patrimonio. In: **Centros Históricos de América Latina y el Caribe**. Quito; Equador: Unesco; Banco Interamericano de Desarrollo; Ministerio de Cultura y Comunicación de Francia; FLACSO, 2001. P. 177-198. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/44660.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**: estudo de Geografia Urbana. São Paulo: EDUSP, 2012.

SOUZA, Carla; CERAVOLO, Suely. “Bahia ameaçada”: a visão de patrimônio arquitetônico de José Valladares (1958-1959). **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 9, n.1, p. , 119-137, 2015. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/21/showToc>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

SCIFONI, Simone. O Patrimônio como negócio. In: CARLOS, Ana; VOLOCHKO, Silvana; ALVAREZ, Isabel. (orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 209-226.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.